



verve

Cartografias intelectuais: políticas do pensamento social

cartografias intelectuais: políticas do pensamento social

rogério nascimento

Situando os mapas intelectuais

O processo de iniciação nas *Humanidades* e em particular nas Ciências Sociais na contemporaneidade acontece, grosso modo, com a apresentação de aportes teóricos ao lado dos diferentes métodos de pesquisa social. O estudante passa diretamente do ensino médio às questões conceituais e metodológicas quando ingressa em algum dos cursos de graduação.

É certo existirem na programação de Ciências Sociais disciplinas correlatas como, por exemplo, as de História, Geografia, Filosofia, Psicologia, entre outras. A inclusão destas matérias no currículo objetiva, dizem, oferecer ao graduando elementos e informações adicionais a fim de ampliar os horizontes de sua formação acadêmica.

Rogério Nascimento é pesquisador no Nu-Sol, doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e professor de Antropologia na Universidade Federal de Campina Grande. Publicou Florentino de Carvalho, pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro, Achimé, 2000.

verve, 22: 99-116, 2012

99





Entretanto, estas matérias parecem não suprir consideráveis lacunas quando se considera, na trajetória biográfica dos autores estudados, os condicionantes sociais na configuração das ideias. Trata-se de uma mais larga apreensão dos pressupostos sociais, de suas dimensões implicadas e indicadas na elaboração e constituição do pensamento social. Penso mais precisamente nas tramas do contexto histórico nas quais as diversas escolas teóricas foram constituídas.

As teorias devidamente situadas possuem variadas dimensões, sobretudo antecedentes e desdobramentos relativos aos tensionamentos políticos, aos interesses econômicos, à ambiência religiosa e intelectual. Na realidade, tais jogos de força não descartam aspectos da vida social num certo momento histórico. Antes, muito pelo contrário, articulam dinâmicas religiosas, relacionam elementos das etnicidades, suscitam enfrentamentos entre ideologias, acionam convergências e embates de grupos intelectuais, além de outros dinamismos.

Estes aspectos me parecem subestimados quando das leituras e discussões em aula desde as disciplinas introdutórias até as dos momentos conclusivos no curso. Isto porque a leitura dos teóricos é precedida por incursões em manuais e textos de comentadores cujo compromisso primordial é, aparentemente, apenas com o didatismo.

Nesta direção procuram apresentar, de maneira organizada e sistematizada, o campo de conhecimento teórico-metodológico. Por conta deste possível imperativo pedagógico neste momento do curso há uma tímida apreciação do contexto sócio-histórico, dos embates político-econômico, das tensões intelectuais, ideológicas e religiosas, na constituição das áreas do conhecimento.





Mas se é verdade o cuidado com o didatismo, também é verdade o delineamento de uma espécie de quase hagiografias quando das referências aos autores clássicos e contemporâneos. Nomes de estudiosos representativos de certas escolas teóricas são aprendidos pelo estudante ao longo de seu percurso na graduação como predestinados à elaboração das suas obras.

O efeito mais transparente deste processo formador é o estabelecimento de referenciais a partir da ênfase maior em certos escritos de autores integrantes de algumas das teorias apresentadas. Estão postas as condições para a formação das cartografias intelectuais através da referida classificação dos autores em clássicos e contemporâneos e de um simultâneo movimento de minimização ou mesmo apagamento de outros nomes.

Para uma mais adequada inclusão daqueles no cânone, considerando a distância cronológica entre os chamados clássicos e os mais recentes, são apresentados numa lógica tomada de empréstimo dos estudos do campo do parentesco, próprios da Antropologia: os estudantes os encontram dispostos como que em grupos etários. Seguindo esta perspectiva, existem autores da primeira, segunda, terceira e tantas gerações quantas sejam necessárias para acomodar a todos numa certa linhagem, a partir do início com os clássicos, até aos contemporâneos.

Toda cosmovisão possui suas narrativas de origem mítica com contornos um tanto místicos. A consagração de um cânone intelectual acadêmico, por sua vez, não iria fugir à regra. Através destes procedimentos são instituídos verdadeiros mapas mentais do campo intelectual. Como todo mapa, há maior número de elementos excluídos do que incluídos.





Uma pergunta: como se estabelecem os cânones intelectuais no pensamento social?

Este processo envolve tensionamentos vários. No entanto, gostaria de focalizar os relativos à trajetória biográfica dos autores. Quando digo 'trajetória biográfica', me refiro especificamente aos segmentos sociais integrantes do processo de socialização de todos nós. Este particular impõe ao estudioso das Ciências Sociais discernir, enquanto parte significativa da elaboração do pensamento social, aspectos relacionados à integração dos autores estudados nas Ciências Sociais aos diversos grupos sociais como os de religião, economia, nacionalidade, ideologias, etnicidade, gênero. Pelo menos.

Geralmente estes aspectos constituintes da trajetória pessoal do pesquisador são apenas sugeridos quando não desconversados ou minimizados. Acontece de serem colocados sob a poeira das obviedades invisibilizadas, na conta de simples detalhes de percurso. No entanto, estes 'pormenores' são por demais significativos para um melhor entendimento dos dinamismos particulares na elaboração do pensamento social. Isto porque estes fluxos reverberam intensamente nos textos acadêmicos, dando aconchego às teorias com suas afirmações, conclusões e reflexões.

Os conjuntos dos nomes e das escolas teóricas possuem maior ou menor visibilidade no meio intelectual a depender de disputas, embates, enfrentamentos, correlação de forças políticas colocadas numa certa época. Este processo acontece através dos atritos, convergências, articulações, sobreposições entre diversos segmentos sociais. O componente político neste íterim é incontornável.

Entretanto, este item constitui objeto de desconversação





quando aos teóricos consagrados é atribuído exclusivamente caráter de excelência em seu pensamento como critério utilizado à definição de sua presença no cânone. Sobressai, então, a primazia de seu cabedal conceitual e metodológico enquanto fator determinante, justificativo e explicativo de seu acatamento numa certa comunidade intelectual.

O momento simultâneo é o do estabelecimento de um dinamismo de naturalização do cânone. O neófito, como o experimentado nos estudos da sociedade, fixa, de maneira relacional, nomes autorais e de escolas teóricas, convencido do argumento meritocrático afirmado insistentemente nas aulas, nos manuais e em livros de comentadores. Geralmente os comentadores integram o conjunto do clã dos aderentes de seus comentados. Possuindo maior versatilidade com os clássicos – ou contemporâneos –, surgem enquanto autoridades reconhecidas para apresentar e comentar satisfatoriamente alguma obra em particular destes autores como também seu pensamento social geral.

Vejamos a seguir este assunto em relação ao pensamento social no Brasil, da forma como a perspectiva atual se instala, apoiada em postulados tidos na medida de obviedades patentes e indiscutíveis.

Cartografia do pensamento social no Brasil contemporâneo

Quando nos decidimos a entender processos e dinâmicos sociais de nosso tempo e procuramos literatura especializada no assunto, somos apresentados a uma série de estudiosos e pesquisadores. No caso de alguém desejar conhecer temas relativos à sociedade local, regional, nacio-





nal e suas interfaces com a comunidade internacional, terá à disposição alguns nomes de estudiosos situados em certas perspectivas teóricas. Pensemos, por exemplo, no estudante de Ciências Sociais mais acima referido cuja curiosidade intelectual se volte para estudos da sociedade brasileira.

Pois bem! A este estudante será apresentada uma relação de nomes obedecendo a certa ordem cronológica submetida a posicionamentos ideológicos e políticos. O resultado mais imediato desta exposição é a afirmação e o assentamento da concepção, um tanto naturalizante, diga-se de passagem, da existência objetiva de uma sociedade brasileira tal qual tem sido vivenciada em sua fase republicana. Textos de cronistas, padres e viajantes dos séculos XVI, XVII e XVIII abrem a relação. Em seguida teremos arrolados escritos de historiadores, políticos, ensaístas e folcloristas no século XIX. No final deste século, mais precisamente em 1888, acontece a abolição da escravidão negra e a inauguração da república no ano seguinte.

É supérfluo lembrar ter sido a república brasileira um projeto político executado por integrantes de segmentos das elites dirigentes. E, antes disso, o Brasil surge como invenção europeia. Estes dois particulares constituem claros indicadores de como a elaboração do pensamento social no Brasil, em sua expressão oficial e oficiosa, aconteceu dentro de projetos políticos das elites dirigentes. Deste modo, ainda no período monarquista, intelectuais e eruditos vinculados a diversos setores dominantes procuraram assentar as bases conceituais da soberania nacional brasileira.

A vinda para o Brasil da família real portuguesa em 1808 acionou em setores dirigentes o desejo de tornar o





Brasil um Estado-nação moderno. O objetivo era o de garantir a presença brasileira na comunidade internacional fixando à imagem do Brasil feições de sociedade progressista e liberal. No entanto, o grande obstáculo enfrentado pela monarquia, afora outros, era a instituição da escravidão negra.

A propósito da situação da população negra no Brasil, a literatura romântica, com José de Alencar (1829-1877) e Gonçalves Dias (1823-1864) como seus mais representativos expoentes, delineia um Brasil composto apenas por lusitanos e índios... civilizados. O negro, aqui, inexistente. Um rápido parêntesis: a simples e brutal anulação da presença de parte significativa da população no Brasil já nos oferece material para pensarmos sobre o caráter arbitrário e discricionário possível de se instalar sob formas de reflexão em torno do fenômeno humano. Fecha parêntesis.

Um monarquista liberal, o pernambucano Joaquim Nabuco (1849-1910) foi quem apresentou a escravidão negra como um problema social a ser devida e urgentemente equacionado. Ele ocupa uma posição estratégica nesta relação de pensadores e políticos que elaboraram pensamento sobre o Brasil. Enquanto um dos principais articuladores do Partido Abolicionista, Nabuco escreveu, entre outros textos, *A Escravidão*, em 1869, e *O Abolicionismo*¹, em 1883. Este último é seu escrito mais conhecido. Nele, apresenta a escravidão como crime perpetrado contra as camadas populacionais negras cuja participação estatal fora decisiva.

Aponta ainda a necessidade de uma reparação. Esta medida teria na imediata abolição da escravatura seu esto-





pim mais urgente, devendo ser complementada por outras como acesso à terra, com os instrumentos de trabalho, e à educação. Apesar de monarquista convicto, Nabuco acabou passando para o republicanismo no final de sua vida, vendo adotada, entre suas sugestões, apenas a abolição legal da escravidão negra.

Este seu posicionamento contra a escravidão não deve ser motivo para maiores entusiasmos, pois sua perspectiva não abole em si mesmo o racismo predominante das classes dirigentes, nem tampouco considera a possibilidade das populações negras tomarem para si a abolição da escravidão. Esta tarefa constituía, antes disso, assunto exclusivo para os parlamentares discutirem e encaminharem. Em suas análises, a miscigenação seria a forma mais segura de melhoramento e aperfeiçoamento do povo brasileiro. Neste autor se encontra, portanto, uma das primeiras iniciativas de positivação da miscigenação.

Esta perspectiva laudatória da ideia de raças e da miscigenação, enquanto forma mais característica do Brasil, fora apropriada, estendida e aprofundada por Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico maranhense criador da Escola Baiana de Antropologia. Integrado a setores republicanos, equacionou o problema indígena e negro, vislumbrando seu ocaso natural e inevitável por completa incapacidade orgânica para apreensão da mentalidade civilizada. A única saída para evitar a completa ruína do Brasil seria, sugeriu, intensificar a migração de trabalhadores europeus a fim de acelerar, através da miscigenação com a população nativa, seu processo de embranquecimento.

Nina Rodrigues considerava o meio ambiente natural e a raça enquanto elementos decisivos às definições





de políticas governativas. Modernizar o Brasil passava, para republicanos de diversos matizes, pela instauração de uma sociedade urbano-industrial, de economia capitalista, com instituições governativas dentro dos modelos democráticos, progressista, composta por cidadãos de mesma categoria (desde que brancos ou embranquecidos), laica e escolarizada.

No entanto, todas estas transformações dependiam basicamente de políticas de melhoramento da dita raça brasileira. A eugenia, assim, definiria um futuro mais promissor para o país. As sugestões indicadas por Nina Rodrigues foram adotadas pelos governos republicanos. Desta maneira, o incentivo governamental para a vinda de trabalhadores europeus, abrindo a terceira onda imigratória na república velha e na nova, fez parte da busca de embranquecimento da população brasileira. O cuidado para garantir esta medida se deu com uma colonização em que não fossem criados bolsões de nacionalidades dentro do Brasil. Como é possível de perceber, o viés biológico predominou entre estudiosos do Brasil pelo menos até meados dos anos de 1960.

Florestan Fernandes (1920-1995) apresenta uma insatisfação com interpretações do Brasil fundamentadas em perspectivas biológicas e culturalistas, cujo maior representante foi Gilberto Freyre (1900-1987). Para Florestan, tratava, isto sim, de considerar as condições das camadas negras da população brasileira diante do processo de modernização instalado com a república. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*² – título de seu livro publicado em 1965 – passaria pela adoção de medidas governamentais facultando acesso aos meios de produção e à educação escolar.





Florestan retoma, a sua maneira, as medidas reparadoras indicadas no século XIX por Nabuco. Seu pensamento tem sido revisitado, numa indicação de certa ascendência no campo reflexivo contemporâneo. Prova disto são as recentes reedições de seus livros.

São estes nomes os grandes marcos referenciais de uma cartografia intelectual contemporânea quando se pensa em estudos sobre o Brasil. Este mapeamento, por si só, indica a predominância de outras cartografias intelectuais no Brasil, cujos critérios variaram de conformidade com os projetos políticos das elites dirigentes em diferentes momentos históricos. No entanto, o viés analítico baseado no determinismo geográfico e biológico, na cultura, na classe ou na nação possui em comum serem essencialistas. Em cada uma destas abordagens há uma substância primordial – o trópico, a raça, a cultura, a classe ou a nacionalidade – nos estudos, reduzindo a complexa vida social no Brasil a uma parcela.

Sentidos para o local

Os cronistas e viajantes respondiam a expectativas políticas alheias às atribuições projetadas por intelectuais contemporâneos. Naqueles escritos, o Brasil era apresentado ora como paraíso na terra, ora como inferno, mas sempre colônia. Mesmo assim, estes escritos são reivindicados na literatura oficial e oficiosa como provas da objetiva existência da nação brasileira. A criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 1838 revela a preocupação das elites pensantes, vinculadas à monarquia, em formar um acervo intelectual demonstrativo da existência concreta da nação brasileira.





É deste período o estabelecimento dos estudos folcloristas. Estes estudos partem de um pressuposto caracteristicamente evolucionista. Isto porque consideram os estratos populares de uma nação moderna como repositórios de sobrevivências de etapas passadas de um pretenso processo evolucionário. As camadas dirigentes, de seu lado, constituiriam os pólos mais evoluídos, apresentando a cultura nacional em suas formas mais bem elaboradas, avançadas e sofisticadas.

A ideia de meio ambiente e de raça encontram, de maneira diferente, aconchego entre os escritos de cronistas e folcloristas. Os autores explicitamente racistas, como Nina Rodrigues, expõem estas perspectivas em seus livros. Este autor exerceu influência significativa no pensamento social acadêmico no Brasil ao longo do século XX. Seu livro de 1894 – *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*^β – foi reeditado diversas vezes.

Em 1938, portanto no ano seguinte à implantação do Estado Novo, há uma edição com prefácio laudatório escrito por Afrânio Peixoto. Em 1957, há outra edição deste livro. Em 1932 é publicado *Os Africanos no Brasil*, livro escrito em 1906 e perdido entre seus manuscritos. A edição de 1932 só fora possível porque um de seus discípulos encontrou as páginas que faltavam.

Gilberto Freyre redige prefácio de um livro intitulado *A Atualidade de Nina Rodrigues*. Este prefácio é totalmente elogioso. Freyre se ressentia apenas do autor, Augusto Lins e Silva (1945), catedrático de Medicina Legal, não ter dado o devido destaque ao caráter intervencionista de Nina Rodrigues.





Gilberto Freyre, com sua perspectiva culturalista, empresta novo alento à ideia de meio e raça. Tropicologia e miscigenação são as ferramentas conceituais desta atualização. Neste caso, o Brasil deveria se constituir como nação composta por regiões particulares e solidarizadas. O nacional deveria, no seu entendimento, garantir a expressão das especificidades regionais. A disputa entre as elites regionais fora acirrada, predominando a concepção elaborada por segmentos dirigentes do eixo sul-sudeste, cuja concepção da nação enquanto totalidade una e indivisível via nos regionalismos perigosas tendências separatistas e dissolventes.

A permanência de Getúlio Vargas (1882-1954) no poder indica a aceitação, sobretudo nos segmentos das elites dirigentes, de suas concepções totalitárias para a vida social no Brasil. Com ele fora instaurada não apenas um novo mapa político, mas também nova cartografia intelectual.

Cartografias intelectuais outras

A depender do tempo e do espaço, estabelece-se os referenciais intelectuais. Na Idade Média, dominava a Igreja e a perspectiva intelectual era religiosa. Os pensadores e estudiosos eram sacerdotes interpretando e transmitindo a vontade de Deus para o conjunto dos fiéis. Na Alemanha hitlerista o nazismo imperava, definindo a biologia enquanto fator determinante nas relações sociais. Neste momento, os intelectuais eram racistas notórios, envolvidos no projeto eugenista de melhoramento e salvação da 'raça pura' diante dos perigos representados pelo que entendiam serem 'raças inferiores'.

Boas⁴ e Weber⁵ apontam os condicionantes extra-





-acadêmicos na configuração do pensamento social. O primeiro demonstra logo nas primeiras páginas como o contexto político é decisivo tanto na publicação de livros como também pressionando e alterando a linha de pensamento dos pesquisadores. O segundo, ao refletir sobre como se processava o ingresso de candidatos à docência na universidade alemã de sua época.

No Brasil república, em suas primeiras décadas, os intelectuais oficiais procuravam fundar um país moderno através da eugenia, mas também por meio de formas de integração do negro à comunhão nacional e da assimilação das populações indígenas à sociedade envolvente. Predominam nestas perspectivas ideários de estabelecimento do consenso social através de um congraçamento das desigualdades políticas e econômicas apresentadas como meras diferenças culturais. Este consenso também poderia ser alcançado através da conciliação entre as diferentes classes. As políticas de reparação social, visando integrar as camadas negras da população à comunidade e à comunhão nacional, constituem medidas com este teor político conciliatório.

As teorias sociais constituem, de um modo geral, ferramentas importantes para o conhecimento da sociedade. Este conhecimento pode ser elaborado não apenas utilizando destas ferramentas por sobre os fenômenos sociais, a fim de alcançar suas causas ou seus sentidos e significados. É plausível e instigante tensioná-las quanto a quais concepções de vida social sugestionam ou mesmo afirmam com maior entusiasmo. A análise de quais dentre as escolas do pensamento predominam numa sociedade são reveladoras das formas de sociabilidade deste aglomerado humano: os autores consagrados num país em certo





período histórico, por exemplo, indicam se existe ali inclinação a dinamismos autoritários ou libertários.

Nesta direção, é curioso perceber como os clássicos das Ciências Sociais de nossos tempos – Durkheim, Marx e Weber – concebiam a dinâmica da vida social: a inevitável transformação social deveria ser conduzida, guiada, jamais deixada ao ritmo e sabor das diversas coletividades constituintes de uma sociedade. Mudanças sociais só seriam admitidas, respectivamente, sob a regência de um Estado Corporativo, da Ditadura do Proletariado ou de um Estado Democrático, detentor do monopólio da força física.

Dentro da cartografia intelectual existem referenciais reconhecidos, nomes mais expressivos e de maior visibilidade do que outros. Há outros de menor relevo, isolados, relativamente marginais, integrados ou em oposição a um conjunto mais adensado. A cartografia sugere topografia característica. Mas há também os pontos apagados, ocultados ou subtraídos. Isto tem relação com o processo de construção da memória social tão bem assinalado em seus contornos políticos por Paul Connerton⁶.

A construção desta memória segue múltiplas dinâmicas historicamente elaboradas. Assim, no caso brasileiro, a partir da Era Vargas (1930-1945) estabeleceu-se a cartografia intelectual originária da atualmente em voga. Com ele aconteceu um calculado e sistemático apagamento do conjunto do pensamento e dos experimentos dos trabalhadores anarquistas. Todas as realizações e concepções elaboradas pelos operários com sindicatos, teatro, educação e escolas, universidade para trabalhadores, naturismo, atuações em torno da condição da mulher e da infância proletária, discussões e propostas de simplificação orto-





gráfica, publicações de livros, jornais e revistas, congressos, entre outros, foram simplesmente deitados fora da história intelectual formulada no Brasil.

Nomes como o de Maria Lacerda de Moura (1887-1945), a intelectual brasileira mais conhecida no exterior até os anos da década de 1950, foram simplesmente subtraídos de seu lugar na história do pensamento social elaborado nestas terras. Em 1933 saiu pela editora Civilização Brasileira uma coletânea intitulada *Por que ser Anti-Semita? Um Inquérito entre Intelectuaes Brasileiros*. Dentre os trinta cinco colaboradores está Maria Lacerda de Moura⁷, com texto repudiando o racismo e a ideia de raça.

Florentino de Carvalho, pseudônimo de Primitivo Raymundo Soares (1883-1947), Lima Barreto (1881-1922), José Oiticica (1882-1957), Friedrich Kniestedt (1873-1947), Fábio Luz (1864-1938), Neno Vasco, pseudônimo de Gregório Nanianzeno Moreira de Queiroz Vasconcelos (1878-1921), Elysio de Carvalho (1880-1925), Francisco Viotti (?), Gigi Damiani (1875-1953), Rodolfo Felipe (1892-1965?), Domingos Ribeiro Filho (?), Domingos Passos (?), Isabel Cerruti (?), Maria Antonia Soares (?), Angelina Soares (?), entre muitos outros e outras, constituíam nomes de projeção numa cartografia intelectual vinculada ao movimento operário. Isto significa dizer, fora dos círculos oficiais e oficiosos do pensamento social.

Enquanto representantes dos setores populares aniquilados com a ascensão dos governos totalitários pelo mundo no pós-Segunda Guerra Mundial, estes nomes foram descartados. Não os encontramos nos manuais e livros de história intelectual no Brasil. Mesmo com significativa produção expostas em livros, revistas e jornais, seus





pensamentos não são estudados na contemporaneidade. Gonçalves e Silva⁸ realizaram importante pesquisa levantando a publicação de livros anarquistas em língua portuguesa. Basta consultar esta obra para se ter uma ideia da produção intelectual intensa havida entre trabalhadores anarquistas no Brasil.

Dos autores nomeados mais acima, apenas Lima Barreto constitui exceção. No entanto, seu pensamento não é situado nas relações havidas dentro do movimento operário, mas enquanto um esteta sensível, boêmio, alcoólatra e acometido de surtos de loucura. Mesmo considerando o teor social de seus escritos, *literatura* hoje em dia quase significa redução, como aquelas em que os jesuítas colocavam indígenas. Acontece com a literatura na atualidade exatamente aquilo que Lima Barreto tanto combateu: é entendida, fora do campo dos especialistas, enquanto atividade de deleite estético e entretenimento. Apenas.

Outra pergunta: quais os sentidos destas reflexões?

De saída, a ideia é desnaturalizar processos de elaboração do pensamento social. No mundo intelectual a evidência nos aspectos teóricos e metodológicos de autores específicos enquanto critério explicativo único e suficiente para seu predomínio constitui a forma de naturalização por excelência. Ao contrário, sua desnaturalização é realizada situando as atividades intelectuais dentro do conjunto dos fenômenos sociais.

Estes, por sua vez, apresentam lógicas, composições, articulações, ordenações, coerências, mas ao mesmo tempo embates, ambiguidades, paradoxos, contradições, conflitos.





Afinal de contas, os estudos dos fatos sociais constituem também fatos sociais. As atividades intelectuais possuem qualidade política envolvendo, emoldurando e transpassando seu aparato teórico e metodológico.

É preciso retirar desta consideração, que tenho na medida de consensual no meio dos estudiosos da sociedade, as devidas conclusões. Talvez tencionando o óbvio possamos melhor perceber relações outras antes desconsideradas, abrindo à possibilidade de reconfiguração de nossos horizontes de atuação reflexiva.

Notas

¹ Joaquim Nabuco. *O abolicionismo*. Introdução de Gilberto Freyre. 4ª Edição. Petrópolis, Vozes, [1883] 1977.

² Florestan Fernandes. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

³ Nina Rodrigues. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo/ Rio de Janeiro/ Recife/ Porto Alegre, Companhia Editora Nacional, [1894]1938.

⁴ Franz Boas. *A mente do ser humano primitivo*. Tradução de José Carlos Pereira. Petrópolis, Vozes, 2010.

⁵ Max Weber. *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octayn Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix, 2011.

⁶ Paul Connerton. *Como as sociedades recordam*. Tradução de Maria Manoela Rocha. Oeiras (Portugal), Celta Editora, 1999.

⁷ Maria Lacerda de Moura (et. alli). *Por que ser Anti-Semita? Um inquérito entre intelectuaes brasileiros*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933.

⁸ Adelaide Gonçalves e Jorge E. Silva. *A bibliografia libertária: o anarquismo em língua portuguesa*. São Paulo, Imaginário, 2001.





Resumo

O artigo analisa a produção do pensamento social brasileiro entre o século XIX e os anos 1960, com atenção à dinâmica política e social do período. O autor argumenta que as celebradas e estabelecidas interpretações da sociedade brasileira foram construídas em conformidade com posições e ideias das elites dirigentes. O efeito imediato dessa produção de conhecimento foi a construção de uma interpretação que naturalizou perspectivas racistas e oligárquicas, isolando e virtualmente destruindo outras perspectivas intelectuais como a anarquista.

Palavras-chave: pensamento social, cartografia intelectual, movimento anarquista.

Abstract

The article analyzes the production of the Brazilian social knowledge since the 19th century until the 1960's and the political and social dynamics within this period. The author stands that the celebrated and established interpretations of the Brazilian society were built reporting elites positions and ideas. The immediate effect of this production of knowledge was the construction of a interpretation that naturalized racist and oligarchic perspectives, isolating and virtually destructing other intellectual perspectives such as the Anarchist's.

Keyword: social thinking, intellectual cartography, Anarchist movement.

Recebido em 13 de maio de 2012. Confirmado para publicação em 10 de julho de 2012.

